

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

25.01.2017

Ponto 2.9

Adjudicação da concessão da gestão e exploração do Centro Cultural Malaposta

Intervenção Vereador Rui Francisco

Para arrumarmos esta questão e para não andarmos aqui às voltas com coisas que parecem que nenhum de nós entende, mas todos entendemos, obviamente que o Caderno de Encargos foi subvalorizado.

O valor do Caderno de Encargos foi subvalorizado, relativamente àquilo que era expectável das propostas e eu vou explicar porquê. O que estamos a dizer no Caderno de Encargos (o que a CMO está a dizer) é que aceitamos pelo mínimo, pagar o mesmo a quem nos oferece fazer por muito mais e isso deveria ter sido motivo de análise na elaboração do Caderno de Encargos, colocando a nossa exigência acima daquilo que fizemos. Efetivamente, não é muito normal a diferença objetiva.

Sabemos que os concorrentes apresentam a sua melhor proposta e isso é sempre acima daquilo que é o mínimo exigido, naturalmente, até no regime de competitividade porque se calhar alguns conhecem o trabalho de outros e sabem que tipo de produções é que podem apresentar, mas esta diferença é efetivamente muito grande e eu chamo aqui a atenção para outra questão.

O senhor vice-presidente referiu algumas vezes a questão da qualidade artística, que é algo que naturalmente nós valorizamos. A chancela da qualidade artística é-nos dada por um conjunto de indicadores, entre outros, consideramos que o importante é o histórico da empresa, os trabalhos que realizou até ao momento, o elenco que integra nas suas produções, etc., etc., e isso não é motivo, não é alvo de análise qualitativa no processo, isto para falarmos da qualidade artística.

Consideramos que a realização de 83 produções num ano que tem 365 dias pode também aqui fazer perigar de alguma forma, aquilo que é a qualidade do produto apresentado.

Sabemos que estas produções carecem de um tempo de preparação e se estamos a falar da mesma empresa, mesmo que recorra a um conjunto de prestadores de serviço, continuamos a dizer que, na nossa perspetiva, a qualidade artística é importante. Pelos elementos disponibilizados, não conseguimos avaliá-la, muito objetivamente, no contexto de uma proposta em que o que é relevado é a quantidade e não a qualidade do que tem para se oferecer.

Percebemos quando o senhor vice-presidente estava a dar a explicação da questão das apresentações para mim colheu muito mais, porque de facto, termos 4 ou 5 espetáculos, 4 ou 5 produções que vão a cena 10 vezes cada uma, facilmente se atingiriam números a rondar estes que aqui estão.

A nossa pergunta é esta: na análise qualitativa que o júri faz e nós não fazemos qualquer tipo de apreciação das conclusões do júri, exceto daquelas que do ponto de vista da interpretação jurídica nos suscitem dúvidas, como foi o caso daquilo que a vereadora Natália Santos referiu.

A questão da valorização qualitativa dos espetáculos deixou-me confuso. Já não sei o que é que valorizamos se é o número de espetáculos, ou seja, o número de produções, ou se é o número de apresentações. Isto é importante porque na fase de proposta, do ponto de vista do proponente, estes critérios são importantes. Porque o proponente pode apresentar 3 espetáculos, mas um conjunto significativamente maior de apresentações. Pode apresentar até 10 espetáculos com um número muito menor de apresentações.

Queremos ficar convencidos que o critério de análise qualitativa teve efetivamente presente. Não tenciono intervir mais sobre este ponto, queria apenas dizer ao senhor vice-presidente, não sei quem é que vaticinou, mas nós desde o início dissemos que este era um concurso que tinha pernas para andar, até por aquilo que a Câmara apresentava como a sua proposta de Caderno de Encargos. Se alguém achou que este concurso iria ficar sem proponentes, não fomos seguramente nós.

Relativamente a outros concursos nós colocámos em causa se existiriam, nomeadamente, aqueles das cafetarias, etc., colocámos em causa se existiriam interessados, neste em concreto não.

Aquilo que eu queria dizer e é o nosso entendimento, e é o que é importante neste momento, não é reproduzirmos de novo o debate sobre a questão de fundo, que tem a ver com a gestão dos equipamentos culturais e com a oportunidade ou não que o município ganha em ter sobre sua gestão direta um equipamento que é absolutamente central e estratégico no concelho. Tivemos essa discussão no momento certo quando a Câmara aprovou aqui o lançamento do concurso, interessa-nos mais, neste momento, avaliar as circunstâncias em que o próprio concurso decorreu e fazemos daqui a análise de como o processo evoluiu.

Espero que esta empresa, que sinceramente não conheço, mas que terá naturalmente trabalho produzido nesta área, assim como todas as outras, desenvolva o seu trabalho. A questão da monitorização é importante. O senhor vice-presidente referiu aqui há pouco que desta forma pode ser feito até um escrutínio maior sobre aquilo que é o cumprimento do Caderno de Encargos porque há uma explicitação em concreto e quase à hora do tipo de espetáculos e eu queria perguntar ao senhor vice-presidente, que mecanismo interno é que nós vamos adotar para que essa monitorização se faça. Espero que o senhor vice-presidente traga com regularidade a esta câmara, relatórios dos serviços, de análise do cumprimento deste Caderno

de Encargos, depois a avaliação qualitativa todos nós vamos fazendo, quando lá formos assistir aos espetáculos.

Reforça uma questão que para nós é absolutamente estratégica e fundamental que a senhora vereadora falava aqui há pouco nisso, nós ter que revogar na tabela de taxas e tarifas, os preços relativamente à Malaposta, eu reafirmo aquilo que disse na outra discussão.

Temos todos que ter a consciência que a política de preços escapa completamente a este Caderno de Encargos, está fora deste Caderno de Encargos, e essa para nós também é uma questão importante porque o acesso à cultura deriva muito daquilo que é a capacidade das nossas famílias em disponibilizar meios, recursos financeiros para aceder a espetáculos.

Termino dizendo o seguinte, a nossa conceção e a nossa perspetiva não muda e pode esta Câmara estar perfeitamente convicta que acompanharemos o desenvolvimento deste processo que para já terá um tempo de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais 2 anos e que, para nós, a questão da Malaposta não fica arrumada com esta deliberação.

Vamos continuar a escrutinar a atividade da Malaposta, independentemente dela estar concessionada ou não, aqui nesta Sede porque é aqui que nós achamos que deve ser o momento e o local certo para discutir politicamente a agenda e a programação cultural do concelho.